



## **APELO AOS DIRIGENTES DA FENPROF, E AOS DIRIGENTES, DELEGADOS E ATIVISTAS DOS SEUS SINDICATOS**

Apesar da acumulação de problemas, consequência, uns, da situação epidemiológica que vivemos e outros, a maioria, da continuada falta de investimento na Educação, o **Ministério da Educação mantém fechada toda e qualquer linha de diálogo e bloqueada a negociação**. Isto, não obstante a FENPROF insistir na necessidade de se realizarem reuniões de onde resultem soluções para os problemas e de apresentar propostas nesse sentido.

Lembra-se que as questões de segurança e saúde no trabalho, nos termos da lei, são de negociação obrigatória, mas o governo tem imposto, unilateralmente, as condições em que as escolas se organizam e funcionam, escondendo as consequências da insuficiência de tais condições. Também os aspetos relacionados com os direitos laborais e socioprofissionais são de negociação obrigatória, iniciando-se os processos negociais quando uma das partes (governo ou sindicatos) apresenta propostas no período de discussão do Orçamento do Estado, só que, tendo a FENPROF respeitado esse preceito legal, o ME, unilateralmente, decidiu não abrir qualquer processo negocial por considerar inoportuno.

Com a desculpa da Covid, o Ministério da Educação não aceita qualquer negociação destinada a salvaguardar os direitos dos docentes ou melhorar as suas condições de trabalho (horários, aposentação, pré-reforma, carreira, desde o tempo de serviço às ultrapassagens e às vagas, ingresso nos quadros / concursos e vinculação...), mas também não dialoga quando se trata de prevenir a propagação da infeção nas escolas, melhorando as condições de segurança sanitária que estas apresentam.

Nesta altura em que a discussão do Orçamento do Estado se realiza na especialidade (momento adequado para pressionar governo e Assembleia da República) e em que, devido ao agravamento da situação epidemiológica, se tomam medidas cada vez mais duras, exceto nas escolas, onde a decisão sobre o que fazer continua mergulhada na falta de clareza e na incoerência de procedimentos, mais se justifica que nos façamos ouvir e que façamos valer as nossas justas reclamações.

Com o objetivo de quebrar o bloqueio negocial, de reclamar respeito pelos direitos e de exigir condições de segurança sanitária nas escolas que salvaguardem a saúde e a vida, dos professores, como de toda a comunidade, **o tempo que vivemos também tem de ser de luta para os professores**.

De imediato, vamos continuar a pressionar os responsáveis do ME para que reúnam com a FENPROF, promovendo uma **concentração de dirigentes, delegados e ativistas, junto ao**



**Ministério da Educação, na próxima sexta-feira, 13 de novembro, pelas 11 horas.** Todas as normas de segurança sanitária serão observadas, seja o distanciamento, o uso de máscara ou outras. **De tarde, nesse mesmo dia 13, juntar-nos-emos ao protesto de todos os trabalhadores da Administração Pública** (14:30 horas, no Marquês de Pombal, em Lisboa) para exigirmos que o Orçamento do Estado valorize os serviços públicos e os seus profissionais, o que, por enquanto, não acontece. **Faz um esforço para participares.**

Para além daquelas ações, que decorrerão já esta semana, é preciso que nas escolas aumente o número de professores a aderir à **greve ao sobretrabalho** (não te esqueças de informar se na tua escola há quem esteja a fazer esta greve); é preciso promover a **Petição contra a municipalização da Educação**, um erro em que o governo insiste; será necessário divulgar e garantir a resposta dos colegas a um inquérito, destinado a conhecer a opinião dos professores sobre condições de trabalho e direitos laborais, mas, igualmente, a sua disponibilidade para lutarem e quais as principais formas de luta a que admitem aderir.

É claro que os tempos não são fáceis, pelo contrário, são, seguramente, os mais difíceis que alguma vez vivemos, mas, por isso mesmo, **o papel dos delegados e dirigentes sindicais cresce de importância.** É em nós que os colegas confiam para dar resposta às dificuldades que surgem; é sobre nós que os colegas têm os olhos postos quando é necessário agir; somos nós, pelas funções que assumimos, que temos de dar o exemplo e “puxar” pelos nossos colegas.

Vamos a isso. Os professores têm estado à altura das exigências, é legítimo que reclamem, do ME e do Governo, que os seus responsáveis estejam à altura dos professores, respeitando-os e resolvendo os problemas. Vamos à luta!

Um Abraço,

Mário Nogueira  
(Secretário-Geral da FENPROF)

